



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 1190.01.0009202/2023-82

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2023**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 1191001 77/2023**

**Regime de Execução Indireta: Empreitada por preço global - Prestação de Serviços (com dedicação exclusiva de mão de obra)**

**Critério de Julgamento: menor preço**

**Modo de disputa: Aberto e Fechado**

***Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP)***

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, limpeza e higienização de reservatórios de água, dedetização, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, materiais de limpeza, materiais de higiene pessoal, utensílios e equipamentos, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados em unidades da SEF/MG, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, e também nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Brasília-DF, conforme as especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**EDITAL**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
9. DA PROVA DE CONCEITO

10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. DA ADJUDICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
14. DA CONTRATAÇÃO
15. DA SUBCONTRATAÇÃO
16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
17. DO PAGAMENTO
18. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - LOCAIS E ÁREAS (ANEXO II CONSTANTE DA PLANILHA EXCEL DISPONIBILIZADA JUNTAMENTE COM O EDITAL)

ANEXO DE EDITAL III - RELAÇÃO DE MATERIAIS (ANEXO III CONSTANTE DA PLANILHA EXCEL DISPONIBILIZADA JUNTAMENTE COM O EDITAL)

ANEXO DE EDITAL IV - EQUIPAMENTOS (ANEXO IV CONSTANTE DA PLANILHA EXCEL DISPONIBILIZADA JUNTAMENTE COM O EDITAL)

ANEXO DE EDITAL V - QUADRO CONSOLIDADO (ANEXO V CONSTANTE DA PLANILHA EXCEL DISPONIBILIZADA JUNTAMENTE COM O EDITAL)

ANEXO DE EDITAL VI - PLANILHA CUSTOS GLOBAL (ANEXO VI CONSTANTE DA PLANILHA EXCEL DISPONIBILIZADA JUNTAMENTE COM O EDITAL)

ANEXO DE EDITAL VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO DE EDITAL VIII - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO DE EDITAL IX - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL X - MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO

## 1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto e fechado, em sessão pública, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, limpeza e higienização de reservatórios de água, dedetização, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, materiais de limpeza, materiais de higiene pessoal, utensílios e equipamentos, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados em unidades da SEF/MG, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, e também nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Brasília-DF, nos termos da **Lei Federal** nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual** nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do **Decreto Estadual** nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº 47.437, 26 de junho de 2018, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº. 48.680, de 30 de agosto de 2023, pela **Resolução SEPLAG** nº 93, de 28 novembro de 2018, pelas **Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF** nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta**

**SEPLAG/SEF/JUCEMG** n.º 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Lúcia Helena Tamie Anraki - Masp: 340.144-5, designada na Portaria SEF/SPGF n.º 01, de 15/05/2023, e Equipe de Apoio constituída pelo servidores: Carlos André Maia Coelho - Masp: 295.819-7, Isabela da Cunha Messias dos Santos - Masp: 753.175-9, Vanessa Nhome Meireles, Masp: 753.180-9, Washington Gonçalves da Silva - Masp: 616.430-5 e Robson Duarte Silva - Masp: 350.632-6.

1.1.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento da pregoeira indicada no item anterior, atuará como sua substituta a Pregoeira Fernanda Pires Mourão Zanini - Masp: 669.979-7, designada por meio da Portaria SEF/SPGF n.º 01, de 15/05/2023.

1.1.2. A sessão de pregão terá início no dia 10 de janeiro de 2024, às 09:30 horas. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **2. OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, limpeza e higienização de reservatórios de água, dedetização, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, materiais de limpeza, materiais de higiene pessoal, utensílios e equipamentos, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados em unidades da SEF/MG, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, e também nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Brasília-DF, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

## **3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail [spgfdalicitacao@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdalicitacao@fazenda.mg.gov.br), observados o prazo previsto no item 3.1.

3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais a indisponibilidade do sistema.

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

- 3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.
- 3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.
- 3.2.5. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram integral e corretamente as solicitações de retirada do Edital.
- 3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.
- 3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
- 3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.
- 4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:
- 4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- 4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 4.4. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra,

conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

4.5.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.5.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.5.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.5.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.5.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.8. Empresas reunidas em consórcio.

4.5.9. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas neste certame, pois a natureza destas não é compatível com o objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e na súmula 281 do Tribunal de Contas da União: *“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”*

4.6. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

4.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.7.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

4.7.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do Anexo VIII do Edital:

4.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

4.8.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;

4.8.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.8.5. Declaração de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante,

sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no [site www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: [cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br](mailto:cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br), com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 4.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

6.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

6.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão, preferencialmente, ser assinados eletronicamente.

6.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail [comprascentrais@planejamento.mg.gov.br](mailto:comprascentrais@planejamento.mg.gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

6.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](#).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão



pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo VII - Proposta Comercial.

7.1.1. Valor total do item;

7.1.1.1. Para a cotação do preço global anual da prestação dos serviços, todos os licitantes deverão observar o Anexo V (Quadro Consolidado) e o Anexo VI (Planilha Custos Global) constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, devendo também ser observada as orientações constantes do Anexo I (Termo de Referência) que integra este edital, especialmente o item 22 (Do Detalhamento para a Formação dos Custos);

7.1.1.2. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

7.3.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários dos itens envolvidos no lote do presente certame.

7.3.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

## **8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste Edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.
- 8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do Lote Único.
- 8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 8.9. Encerrando o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores de até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.9.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 8.10. Após o término dos prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances conforme sua vantajosidade.
- 8.10.1. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.17. Do empate ficto**

8.17.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

8.17.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.18. Do empate real**

8.18.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.18.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

8.18.2.1. no país;

8.18.2.2. por empresas brasileiras;

8.18.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.18.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da

proposta.

## **8.21. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.21.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL OFERTADO PARA O LOTE ÚNICO, apurado de acordo com o Anexo VII - Modelo de Proposta Comercial Para Prestação de Serviços, concomitantemente com o Anexo V (Quadro Consolidado) e Anexo VI (Planilha Custos Global) constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

8.21.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.21.2.1. O licitante melhor classificado deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, na forma do Anexo VII (Modelo de Proposta Comercial Para Prestação de Serviços) e a Planilha Excel disponibilizada com o edital, devendo os Anexos III (Relação de Materiais), Anexo IV (Equipamentos), Anexo V (Quadro Consolidado) e Anexo VI (Planilha de Custos Global) estarem devidamente preenchidos, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema.

8.21.2.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.21.2.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.21.2.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.21.2.3.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.21.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.21.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.21.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.21.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, bem como as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio

pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.21.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.21.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.21.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.21.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.21.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

## **9. DA PROVA DE CONCEITO**

9.1. Não haverá prova de conceito no presente certame.

## **10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;
- b) CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalcompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;
- c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

10.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo VII - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo VIII - Modelos de Declarações.

10.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

10.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

10.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda -CNPJ;

10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site: [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).

10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-Ada Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 10.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

10.9.2. Comprovação de possuir, até a data de apresentação da proposta, patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 625.298,00 (seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais) por meio da apresentação, na forma da lei, do balanço patrimonial do último exercício social.

10.9.2.1. Serão aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.9.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

10.9.2.1.1.1. Publicadas em Diário Oficial; ou

10.9.2.1.1.2. Publicados em jornal; ou

10.9.2.1.1.3. Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

10.9.2.1.2. Sociedades Limitadas (LTDA):

10.9.2.1.2.1. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

10.9.2.1.2.2. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;

10.9.2.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) – “SIMPLES NACIONAL”:

10.9.2.1.3.1. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;

10.9.2.2. Os documentos exigidos nesse subitem, quando forem próprios, deverão ser

assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.

10.9.3. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital– ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 10.9.2 do edital.

10.9.4. No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade.

#### 10.10. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

10.10.1. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.10.2. Para o Lote Único, 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades definidas no objeto deste Edital, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou contratos de natureza continuada com cessão de mão de obra. A licitante deverá demonstrar expertise na alocação e gerenciamento de mão de obra terceirizada, não sendo necessário que o atestado contenha postos específicos ao objeto licitado.

10.10.2.1. O(s) atestado(s)deverá(ão) comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de pessoal previsto neste Termo de Referência, isto é, 108 (cento e oito) prestadores de serviço.

10.10.2.2. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato de natureza continuada com cessão de mão de obra por período não inferior a 12 (doze) meses, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

10.10.2.3. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses e do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento), será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos poderão contemplar execuções em períodos distintos e concomitantes.

10.10.3. Os atestados deverão conter:

10.10.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

10.10.3.2. Local e data de emissão.

10.10.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

10.10.3.4. Período da execução da atividade.

10.10.4. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

#### 10.11. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

10.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.



- 10.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 10.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.
- 10.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.
- 10.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.
- 10.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 10.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;
- 10.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;
- 10.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 10.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.
- 10.11.5. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
- 10.11.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail [spgfdalicitacao@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdalicitacao@fazenda.mg.gov.br), e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 11.1.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

13.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo IX - Contrato, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -SEI/MG.

14.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do

Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link [www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno](http://www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno), e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

14.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail [atendimentosei@planejamento.mg.gov.br](mailto:atendimentosei@planejamento.mg.gov.br).

14.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

14.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

14.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

14.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras - <http://www.compras.mg.gov.br/#>.

14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.4. A execução dos serviços será iniciada na data prevista de 21 de fevereiro de 2024.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto conforme definido no Termo de Referência ANEXO I a este Edital.

15.2. A subcontratada também deverá cumprir os requisitos de habilitação, em especial os requisitos de habilitação técnica.

15.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO**

16.1. A CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

16.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

16.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- 16.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- 16.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 16.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 16.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;
- 16.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 16.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.9. Será considerada extinta a garantia:
- 16.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 16.9.2. no prazo de 03 meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

## 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.
- 17.2. O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso.
- 17.3. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais, em valores mensais e totais, com os seguintes dados:

### a) Dados da CONTRATANTE:

Nome: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA / Administração Fazendária \_\_\_\_\_ (inserir nome da respectiva Unidade Executora), CNPJ: \_\_\_\_\_ e Endereço: \_\_\_\_\_

### b) Dados da CONTRATADA:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Número da conta: \_\_\_\_\_

- 17.4. Como comprovante de despesa será aceito o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que, conferido com os dados da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será incluído no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para ateste das condições satisfatórias para o serviço público estadual, por dois servidores responsáveis pelo recebimento do objeto.
- 17.5. A Contratada deverá emitir e apresentar o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, para conferência e ateste pelas unidades executoras, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.
- 17.6. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e respectivo DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para os devidos ajustes e o prazo para o pagamento passará a contar da data da reapresentação do documento fiscal considerado válido pela

Contratante.

17.7. Para a emissão e apresentação do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, a Contratada deverá especificar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Montante “E”), levando-se em conta a alíquota específica de cada município, correspondente à localidade da prestação do serviço.

17.8. Como condição necessária para o ateste dos documentos fiscais e para a autorização do pagamento, a Contratada encaminhará mensalmente à Contratante, juntamente com o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE, preferencialmente de forma eletrônica, a seguinte documentação:

17.8.1. Planilhas de custos pormenorizadas, conforme especificado nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Custos Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

17.8.2. O faturamento deverá abranger o período compreendido entre o primeiro dia e o último dia do mês a que se referir.

17.8.3. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço da Contratante, juntamente com a planilha de custo, contendo relação nominal de todos os prestadores de serviços e substitutos que prestaram serviços no período, identificando a carga horária e valores das parcelas salariais e encaminhando justificativas para eventuais distorções sob pena de devolução da mesma para correção e suspensão do pagamento das parcelas não comprovadas até a efetiva regularização.

17.8.4. Comprovante do recolhimento das contribuições sociais e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE e correspondente ao mês da última competência vencida até o 1º (primeiro) dia subsequente à data-limite para recolhimento da obrigação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

17.8.5. Relativamente aos materiais, os pagamentos das faturas também dependerão da apresentação dos comprovantes da efetiva entrega dos mesmos, sendo que no mês em que não houver a entrega de tais materiais, os campos da planilha de custo relativos a estes insumos não deverão ser preenchidos. A nota fiscal deverá ser emitida por município onde o material for entregue.

17.8.6. Relativamente aos serviços de dedetização e limpeza de caixa d'água, os pagamentos das faturas também dependerão da apresentação dos comprovantes da efetiva entrega dos mesmos, sendo que no mês em que não houver a entrega de tais serviços, os campos da planilha de custo relativos a estes insumos não deverão ser preenchidos. A nota fiscal deverá ser emitida por município onde o serviço for prestado.

17.8.7. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme relação contendo o nome do funcionário e o valor, emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente.

17.8.8. Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza quitada e autenticada pelo servidor responsável pelo pagamento ou, no caso de documento proveniente da internet, terá sua autenticidade certificada junto ao site do órgão emissor, vinculada ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE emitido contra a Contratante, fazendo constar, no mesmo, o número da Nota Fiscal Eletrônica que lhe deu origem e do contrato, exceto se houver, na legislação específica do município correspondente à localidade da prestação dos serviços, exigência contrária na forma de recolhimento do imposto.

17.8.9. Comprovante de entrega dos benefícios previstos no contrato (vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição) relativos ao mês da prestação dos serviços.

17.9. A Contratante, nos termos do art. 31 da Lei nº. 8.212/91, com redação dada pela Lei nº. 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do

art. 33 da referida lei.

17.10. A quitação mensal dependerá de criteriosa conferência, levando-se em conta a efetiva prestação dos serviços, deduzindo-se as faltas, atrasos, férias ocorridas no período caso não ocorra a substituição do empregado pela Contratada, bem como o efetivo fornecimento de vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, deduzido o valor descontado do empregado, após a conferência dos respectivos comprovantes, observada a alíquota de ISSQN relativa a cada município.

17.11. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou esta feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou de minutos não atendidos, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

17.12. Após o recebimento e conferência dos materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios entregues pelo fornecedor, a unidade usuária deverá atestar o recebimento dos mesmos, por meio da respectiva relação de materiais, contendo, a marca, valor unitário e valor total de cada item entregue e encaminhá-la à respectiva Unidade Executora, para subsidiar o faturamento desses insumos pelo efetivo recebimento dos mesmos.

17.13. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma da lei e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE atestado por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

17.14. A não apresentação dos documentos pela Contratada, inclusive os relativos aos recolhimentos devidos, implicará na suspensão do pagamento, até a devida comprovação, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

17.15. Será liberado o pagamento da fatura apresentada às unidades executoras para liquidação somente após a conferência dos comprovantes mencionados no subitem 17.8.

17.16. Os primeiros documentos fiscais deverão ser emitidos proporcionalmente ao número de dias de serviços efetivamente prestados no mês anterior.

17.17. No caso de providências complementares por parte da Contratada, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que houver o cumprimento definitivo da ocorrência, não sendo devida nesses casos atualização financeira.

17.18. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

17.19. É obrigatória a retenção, na fonte, de Imposto de Renda pela CONTRATANTE, sobre o valor total da nota fiscal emitida pela CONTRATADA, observadas as exceções legais, conforme alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012 - Anexo I - Tabela de Retenção, com alteração dada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/2023.

17.20. A retenção do Imposto de Renda, de que trata o subitem anterior, deverá ser destacada no corpo do documento fiscal.

17.21. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

17.22. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

## **18. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

18.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuado mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

18.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada

da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

18.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

18.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

18.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “*Ticket* Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

18.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

18.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

18.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

18.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

18.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas, separadas por Unidade Executora. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração do termo aditivo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

18.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data-base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no parágrafo anterior.

18.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou



## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.1.1. Advertência por escrito;

19.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

19.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

19.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

19.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

19.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 19.1.1, 19.1.3, 19.1.4, 19.1.5.

19.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

19.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

19.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

19.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

19.7. As sanções relacionadas nos itens 19.1.3, 19.1.4 e 19.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

19.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

19.8.1. Retardarem a execução do objeto;

19.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

19.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

19.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas

## 20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Fica facultado aos interessados visitar os locais/imóveis onde serão prestados os serviços, para conhecimento das características dos imóveis, instalações e mobiliários, conforme definido no Termo de Referência ANEXO I a este Edital.

20.1.1. Mesmo não havendo visita, a proposta vincula o respectivo fornecedor, ficando claro que não será aceito, sob nenhuma hipótese, a alegação posterior de desconhecimento das circunstâncias em que deverão ser executados os serviços ora licitados, sem prejuízo de aplicação das penalidades legais por inexecução ou descumprimento do contrato.

20.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

20.3. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.4. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

20.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

20.6. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá releva omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

20.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

**ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES**

Diretor de Aquisições e Contratos

**BLEND A ROSA PEREIRA COUTO**

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder**, Gestor(a) Fazendário(a), em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto, Superintendente**, em 20/12/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78733716** e o código CRC **64A08191**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009202/2023-82

SEI nº 78733716



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Versão v.20.09.2020.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, limpeza e higienização de reservatórios de água, dedetização, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, materiais de limpeza, materiais de higiene pessoal, utensílios e equipamentos, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados em unidades da SEF/MG, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, e também nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Brasília-DF, conforme as especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quantidade	Unidade de Aquisição	Descrição do item CATMAS
Único	1	4561	1,00	1,00	SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PREDIAL

**1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.1.1. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as descrições constantes deste Termo de Referência, uma vez que o escopo da presente contratação compreende além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes, materiais, utensílios e equipamentos necessários à execução do objeto desta licitação.

1.1.2 A presente contratação compreende, ainda, sob demanda da Contratante, a limpeza e higienização de reservatórios de água e a dedetização de unidades administrativas, nos termos mencionados neste documento.

1.1.3. A presente contratação estabelece obrigações relacionadas a medidas sustentáveis orientadas ao uso e descarte de materiais e, sobretudo, à preservação da saúde humana.

1.1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**1.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.2.1. Em cumprimento ao disposto nos artigos 191 e 193, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 28/06/2023 e tendo em vista o disposto no art. 2º da Resolução Conjunta SEPLAG/AGE nº 10.742, de 17 de abril de 2023, alterada pela Resolução Conjunta SEPLAG/AGE nº 10.807, de 15 de setembro de 2023, segundo o qual os processos licitatórios e as contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, autuados e instruídos com a opção expressa de ter como

fundamento a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, serão por eles regidos, desde que a publicação do edital ocorra até 29 de dezembro de 2023, a presente contratação se dará de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e Lei Federal 10.520/2002.

1.2.2. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002; na Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002; no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de Julho de 2020; na Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e pelos Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

### 1.3. **OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO**

1.3.1. Garantir a limpeza e conservação dos bens móveis e dependências das unidades fazendárias.

1.3.2. Disponibilizar aos servidores, colaboradores e visitantes um ambiente limpo e asseado para o desenvolvimentos de suas atividades.

1.3.3. Preservar as instalações e o patrimônio público na âmbito da SEF.

1.3.4. Satisfazer as necessidades da Administração Pública, mediante a utilização mais eficiente de seus recursos financeiros.

### 1.4. **ESCOPO DOS SERVIÇOS**

1.4.1. Os serviços serão executados nos locais indicados no Anexo II (Locais e Áreas), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

1.4.2. Para a execução dos serviços o fornecedor deverá prover os postos de serviços indicados no Anexo V (Quadro Consolidado), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital

1.4.3. Os serviços de limpeza, conservação e higienização deverão ser executados de acordo com o estabelecido na Cláusula 10, deste documento.

1.4.4. As atribuições dos postos de serviços são as indicadas na Cláusula 10, deste documento.

1.4.5. Os serviços deverão ser executados pelo fornecedor, por meio de pessoal sob sua inteira responsabilidade trabalhista, não podendo em hipótese alguma serem cedidos, ou subcontratados a terceiros, exceto os serviços de desinsetização, descupinização, desratização e limpeza e higienização de reservatórios de água.

1.4.6. Os serviços de dedetização e limpeza e higienização de reservatórios de água serão realizados anualmente, sob demanda da Contratante, devendo ser apresentado nesta ocasião Alvará de Licença de Funcionamento ou documento equivalente expedido pela Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, por meio de seu órgão sanitário competente, em nome do fornecedor que irá prestar esses serviços, devendo ser executado de acordo com as normas regulamentares pertinentes.

1.4.7. A Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para fornecer os serviços referidos no subitem anterior, contados a partir da data da solicitação da unidade administrativa demandante.

1.4.8. A execução dos demais serviços será realizada diariamente, em horários fixados pela SEF/MG, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, devendo ser obedecido o disposto na CLT ou Convenção Coletiva de Trabalho quanto à jornada de trabalho individual.

1.4.9. Em hipótese alguma deverão ser previstas horas-extras, porquanto não será objeto de indenização pela Contratante.

1.4.10. Os serviços serão executados observando o cumprimento dos dispositivos da área de Medicina e Segurança do Trabalho, às determinações da Secretaria de Trabalho e demais normas aplicáveis à espécie.

## **1.5. DA DISTRIBUIÇÃO DOS MATERIAIS DE LIMPEZA/HIGIENE PESSOAL, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS**

1.5.1. Os materiais de higiene e de limpeza e conservação a serem empregados na execução dos serviços deverão estar de acordo com a proposta da empresa e qualquer alteração na especificação ou marca deverá ser submetida à aprovação da Contratante, por meio de seus representantes indicados, os quais se reservam ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos neste Termo de Referência, ficando, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições concernentes ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

1.5.2. Na data de início da vigência contratual a Contratada deverá fornecer os materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios, de acordo com o quantitativo previsto no Anexo III (Relação de Materiais) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

1.5.3. Após a primeira entrega, os materiais de limpeza e higiene pessoal e utensílios deverão ser entregues, bimestralmente, de acordo com a necessidade de consumo, acompanhados da respectiva relação, separada por localidade, sendo que o faturamento será pelo efetivo fornecimento.

1.5.4. A Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para fornecer os materiais acima referidos, contados a partir da data da solicitação da unidade administrativa demandante.

1.5.5. Quando do fornecimento dos materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios, o fornecedor deverá apresentar a cada unidade administrativa usuária a relação para a prévia aprovação. No caso de existir estoque de materiais ou utensílios não utilizados, o fornecimento será apenas complementar.

1.5.6. Tendo em vista que o fornecimento é bimestral, no mês em que não houver a entrega dos materiais mencionados, os campos da planilha de custo relativos a estes insumos não deverão ser preenchidos.

1.5.7. Na data de início da vigência contratual a Contratada deverá fornecer os equipamentos, novos e de primeiro uso, relacionados no Anexo IV (Equipamentos) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

## **1.6. DOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS**

1.6.1. Os saneantes domissanitários são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

1.6.1.1. Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

1.6.1.2. Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

1.6.2. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

1.6.3. Os saneantes domissanitários fornecidos deverão apresentar conformidade com a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 180, de 03 de outubro de 2006, no que respeita à sua biodegradabilidade, bem como atender aos demais normativos vigentes.

1.6.4. O fornecedor deverá:

1.6.4.1. manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso dos

produtos biodegradáveis;

1.6.4.2. utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;

1.6.4.3. manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

1.6.4.4. observar rigorosamente a Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e alterações posteriores, bem como seus regulamentos, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos;

1.6.4.5. fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde;

1.6.4.6. observar a RESOLUÇÃO ANVISA - RDC Nº 32, DE 27 DE JUNHO DE 2013, que dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para o registro de produtos saneantes corrosivos à pele ou que causem lesão ocular grave, ficando proibida aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerosol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras;

1.6.4.7. observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme a RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 34, DE 16 DE AGOSTO DE 2010, a qual dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfetantes;

1.6.4.8. quando da aplicação de álcool, deverá observar a RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA– RDC Nº 46, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002, que aprova o Regulamento Técnico para álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;

1.6.4.9. fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham Benzeno em composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003;

1.6.4.10. apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise a precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com empregados da Contratada, servidores da Contratante ou terceiros.

## 1.7. **SUSTENTABILIDADE**

1.7.1. A Contratada deverá manter um programa interno de treinamento de seus empregados que contemple, no mínimo, a redução de consumo de energia elétrica, da água e da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

### 1.7.2. **Uso Racional de Água**

1.7.2.1. A Contratada deverá adotar medidas de redução de consumo e uso racional de água, devendo o seu preposto ou supervisor atuar como facilitador das mudanças de comportamento de seus empregados.

1.7.2.2. A Contratada deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos, equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

### 1.7.3. **Uso Racional de Energia Elétrica**

1.7.3.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

1.7.3.2. Durante a limpeza, acender as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.

1.7.3.3. Comunicar a contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou



danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

1.7.3.4. Ao remover o pó de cortinas ou persianas verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente.

1.7.3.5. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, no sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras e outros equipamentos.

1.7.3.6. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras, bem como evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

1.7.3.7. Repassar aos seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia elétrica fornecidas pela Contratante.

#### **1.7.4. Redução de Produção de Resíduos Sólidos**

1.7.4.1. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

1.7.4.2. A Contratada deverá informar aos fiscais do contrato a existência de pilhas e baterias dispostas para descarte, visando o seu repasse aos estabelecimentos que as comercializem ou à rede de assistência técnica autorizadas pelas respectivas indústrias, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, conforme estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010.

1.7.4.3. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas e frascos de aerossóis em geral.

1.7.4.4. A Contratada deverá colaborar com o Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, nos locais em que for implantado pela Contratante, no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, a serem disponibilizadas pela Contratante.

1.7.4.5. No referido programa, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

1.7.4.6. Para materiais não recicláveis:

1.7.4.6.1. São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e estes são denominados rejeito, tais como: lixo de banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros, como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarros; cinza e ciscos os quais deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes, que também devem ser acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos e cristais.

1.7.4.7. Para materiais recicláveis:

1.7.4.7.1. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores, assim: verde para vidro; azul para papel; amarelo para metal; vermelho para plástico e branco para lixo não reciclável.

1.7.4.8. No caso de serem implantadas pela Contratante operações de compostagem/fabricação de adubo orgânico, a Contratada deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de área externa, tais como folhas e gravetos, e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações.

1.7.4.9. Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados a sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como a redução da destinação de resíduos sólidos.

1.7.4.10. Otimizar a utilização de sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

#### 1.7.5. **Poluição Sonora**

1.7.5.1. Para os equipamentos de limpeza que gerem ruído de funcionamento, observar a necessidade do Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel, conforme RESOLUÇÃO CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, e alterações posteriores, que dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

## 2. **DOS LOTES**

### 2.1. **DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:**

O objeto desta licitação corresponde a item de natureza divisível, contudo sua divisão em parcelas é inviável, posto que prejudicaria a sua execução, que deve ser realizada por empresa especializada, cuja expertise seja comprovada por meio de atestados de capacidade técnica. Nesse sentido, a licitação em Lote Único se justifica por prover mais eficiência na contratação e na execução dos serviços, pois será selecionada a proposta mais vantajosa à Administração e a contratação de única empresa para fornecer a integralidade do objeto permitirá o gerenciamento centralizado, facilitando o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística afeta ao contrato.

Nesse sentido, caso o objeto fosse dividido, contemplando contratações diferentes para os mesmos serviços em dezenas de unidades administrativas e em municípios diversos, a Administração poderia contratar com diferentes empresas cujos serviços recairiam sobre um único empreendimento, com grande possibilidade de elevação dos preços, principalmente dos produtos e equipamentos de limpeza, levando à execução descoordenada dos serviços, restando prejudicado o controle, o acompanhamento e a fiscalização, além da apuração de responsabilidades, em caso de infringência aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade.

A melhor solução encontrada pela equipe de planejamento, a qual já vinha sendo aplicada à contratações anteriores, considerando a natureza do serviço e a interdependência de materiais/equipamentos específicos para sua adequada execução, é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação com o devido fornecimento de materiais e equipamentos, a fim de otimizar o resultado esperado, agilizar a execução dos serviços, melhorar e facilitar os processos de controle e fiscalização e minimizar os riscos de eventuais prejuízos ou perda de qualidade para a Administração Pública.

Com efeito, as empresas de limpeza adquirem material em quantidade muito superior às necessidades de determinada unidade, visto que detêm vários contratos, podendo, assim, obter preços mais reduzidos que a Administração. Ademais, ao realizar a compra de material em aquisição diversa, deve-se considerar outros custos envolvidos, quais sejam: a remuneração dos servidores que se ocupariam dessa atividade em detrimento de outras mais prioritárias, as formalidades necessárias, o transporte e a distribuição para todo o interior do Estado, além de eventuais perdas. Destaca-se ainda que os itens de fardos de papel higiênico e papel toalha necessitam de grandes áreas para a armazenagem, recaindo sobre a instituição mais um encargo, o de providenciar o espaço adequado para essa armazenagem.

Ademais, o gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais pela empresa propicia a melhor integração das atividades com menor probabilidade de falta de materiais e melhor resultado dos serviços.

Em suma, todos os pontos acima abordados são razões para unificar as responsabilidades dos serviços pretendidos e do fornecimento de material em uma única empresa vencedora da disputa do futuro

certame. Do contrário, existe a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido e a perda da economia de escala.

## **2.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

No tocante a esta contratação a participação deverá ser aberta a todos os licitantes, sobretudo por se tratar de lote único, cujo valor é superior a R\$ 80.000,00. Não se observa nesta contratação a possibilidade de divisão do objeto em lotes distintos para permitir a participação de ME/EPP, por não ser vantajosa para a Administração Pública e representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme justificado no subitem 2.1., com fundamento no inciso II do artigo 14 do Decreto Estadual nº 47.347, de 2018.

## **3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. Motiva-se a realização da contratação pretendida à vista do disposto no Decreto Estadual nº 46.559, de 2014, que regulamenta a contratação de serviços pelos órgãos do Estado. Segundo o referido decreto, serão objeto de execução indireta as atividades de limpeza, asseio e conservação, controle de entrada e saída de bens e pessoas, apoio administrativo, garçonaria, copeiria, preparo de alimentos, transporte de pessoas, cargas e expedientes, informática, reprografia, telecomunicações, central de atendimento e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

3.2. Atualmente os serviços vem sendo executados por meio do Contrato nº 1900011005, celebrado com a empresa SERTA Serviços Técnicos e Administrativos Ltda., com vigência para o período de 21/02/2023 a 20/02/2024. A prorrogação de contratos de serviços contínuos, possibilitada pelo art. 57, II c/c o § 2º do mesmo dispositivo, é conduta jurídica derivada da manifestação expressa das partes contratantes e deverá ser objetivamente justificada.

3.3. Ressalta-se que a referida empresa requereu Recuperação Judicial perante a 1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem, em 24/01/2023, alegando que a medida é imprescindível para o cumprimento dos compromissos com fornecedores, funcionários, parceiros, clientes e credores com o menor impacto possível. O pedido foi deferido nos autos do processo nº 5003043-71.2023.8.13.0079, em cuja decisão jurisdicional, constante do Processo SEI 1190.01.0002646/2023-69, lê-se o seguinte:

*"8. DETERMINO a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 da Lei de Falências;"*

3.4. Perceba que a decisão judicial proíbe novas contratações com o poder público, nas quais é lícita a exigência da apresentação das certidões negativas, o que impede a prorrogação da avença.

3.5. Além disso, a recuperação judicial da empresa trouxe seríssimos problemas para a execução contratual, entre eles a realização frequente de intervenções diretas no SIAD para a realização de reforços de empenhos, procedimento que deveria ser exceção e virou regra na execução financeira do contrato e os atrasos constantes de fornecimento de material de limpeza.

3.6. **Portanto, é imperativo a aquisição em tela, uma vez que a vigência do contrato de limpeza e conservação em vigor expirará em 20/02/2024.**

3.7. A contratação de empresa na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, considerados essenciais ao desenvolvimento das atividades meio e fim da Secretaria de Estado de Fazenda e de suas unidades, tem por objetivo manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, voltados à qualidade do trabalho, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente.

3.8. A Administração tem a necessidade e o dever de preservar e manter o patrimônio e os bens públicos. Esse dever pode ser cumprido com várias ações dentre as quais é fundamental a garantia da limpeza, conservação e higienização das edificações das unidades da SEF.

3.9. Necessário ressaltar que a SEF/MG não dispõe de recursos materiais e humanos em seu quadro efetivo e mesmo detentores de conhecimento especializado para realizar as atividades que se busca terceirizar. Da mesma forma, as atividades, objeto da contratação, não se encontram relacionadas entre aquelas descritas nas carreiras dos servidores desta Secretaria.

3.10. As empresas de terceirização de serviços de conservação e limpeza são especializadas nessa área e têm equipes treinadas e experientes. Isso resulta em uma qualidade superior na execução das tarefas, incluindo a utilização de produtos e técnicas mais eficazes para manter o ambiente limpo e conservado.

3.11. As empresas de terceirização têm expertise em conformidade regulatória e normas de segurança e saúde no trabalho. Isso ajuda a garantir que as tarefas de conservação e limpeza estejam em conformidade com todas as regulamentações aplicáveis, reduzindo assim o risco de não conformidade.

3.12. Em decorrência da sua natureza, a saber, de regime de dedicação exclusiva, os empregados da Contratada serão alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão e a execução dos serviços seguirá as diretrizes gerais da SEF/MG. Os serviços são essenciais e visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade e a conservação do patrimônio público e permitindo que a reduzida força de trabalho composta pelos servidores públicos se dediquem ao funcionamento das atividades finalísticas do órgão, em atenção à prestação do serviço público e ao cumprimento da sua missão institucional. Por essa razão, a contratação em tela permitirá o melhor aproveitamento dos recursos humanos do órgão.

3.13. Assim, a terceirização de serviços de conservação e limpeza permite que a SEF concentre seus recursos e energia em suas atividades finalísticas e estratégicas. Isso é especialmente importante para concentrar em suas competências essenciais e não desviar recursos valiosos para funções de suporte.

3.14. Em atendimento à determinação contida no artigo *art. 15, §7º, inc. II da Lei 8666/93*, justifica-se o quantitativo do objeto em tela, bem como as respectivas cargas horárias, em função do número e do tamanho da área das unidades administrativas que serão atendidas em todo o Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido no Anexo II - Locais e Áreas, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital. A quantidade de materiais e equipamentos foi estimada na mesma planilha, nos Anexos III e IV - Relação de Materiais e Equipamentos, respectivamente, com base no consumo do contrato vigente de 2021 a 2022 e também com consulta direta às unidades executoras da SEF, sendo que tais quantitativos poderão sofrer oscilações, para mais ou para menos, nos seus itens durante a vigência do contrato.

#### **4. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE**

4.1. Em conformidade com o parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e com o Decreto Estadual nº 48.012, de 2020, o objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum, pois os seus padrões de desempenho e qualidade bem como todas as características gerais e específicas de sua prestação são as usuais do mercado e comparáveis entre si, além de passíveis de descrições sucintas e objetivamente definidas no edital. Além disso, existe um vasto o número de empresas no mercado capazes de atender plenamente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. O referido Decreto estabelece no artigo 1º, o seguinte:

*"Art. 1º – Este decreto regulamenta a licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.*

*§ 1º – É obrigatória a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da Administração direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais nas licitações de que trata o caput.*

*§ 2º – Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade*

*competente, a utilização da modalidade de pregão, na forma presencial, nas licitações de que trata o caput, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica.*

*§ 3º – As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o art. 40 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, poderão adotar, no que couber, as disposições deste decreto."*

4.3. No inciso II do art. 3º do Decreto Estadual nº 48.012/2020 está prevista a definição de bens e serviços comuns, *in verbis*:

*"Art. 3º – Para fins do disposto neste decreto, considera-se:*

*(...)*

*II – bens e serviços comuns: bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;.*

*(...)*

*§ 1º – A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica."*

4.4. O objeto a ser adquirido é considerado bem comum, cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo encontráveis facilmente no mercado, mediante especificações, padrões de qualidade e desempenho peculiares aos mesmos.

4.5. Portanto, deve ser adotada a modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, devendo ser considerado vencedor o licitante que ao final da disputa de lances ofertar o menor preço global.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

5.2. Ademais, conforme acórdão nº 3010, de 2015, do TCU, *'a participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade'*, podendo restringir inclusive o número de licitantes e comprometer a isonomia da competição e a oferta de propostas vantajosas à Administração.

5.3. Igualmente, não será permitida a participação de sociedades cooperativas neste certame, pois a natureza destas não é compatível com o objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e na súmula 281 do Tribunal de Contas da União: *"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."*

## **6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

6.1. As exigências a serem feitas em uma contratação devem ser suficientes para garantir a obtenção dos serviços e serem capaz de atender à necessidade da Administração Pública.

6.2. A exigência da qualificação técnica consubstancia numa necessidade administrativa, isto é, um interesse da administração pública de obter eficientes serviços de conservação e limpeza, que são compostos por categorias profissionais que exigem capacitação para o seu exercício, a saber: servente, copeiro, limpador de vidro, auxiliar de operador de carga e encarregado. Diante desse fato, conforme constou do termo de referência, é necessário e atende ao interesse público a licitante demonstrar que possui capacidade para recrutar, manter pessoal capacitado e realizar a gestão desses profissionais.

6.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato

social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

6.4. Para o lote único, 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades definidas no objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou contratos de natureza continuada com cessão de mão de obra. A licitante deverá demonstrar expertise na alocação e gerenciamento de mão de obra terceirizada, não sendo necessário que o atestado contenha postos específicos ao objeto licitado.

6.5. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de pessoal previsto neste Termo de Referência, isto é, 108 (cento e oito) prestadores de serviço.

6.6. A exigência constante do subitem anterior está fundamentada no **Acórdão 1214/2013 do TCU**, o qual contempla boas práticas relativas às exigências de qualificação técnica e econômico-financeira e de fiscalização contratual, que são imprescindíveis ao cumprimento das obrigações contratuais, sem comprometer seu caráter competitivo, *in verbis*:

*"O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado. 115. Destaque-se que a constatação de que a habilidade requerida para a prestação de serviços terceirizados mediante cessão de mão de obra é diferenciada, advém da experiência da Administração na condução desses contratos. Tem-se observado que a maior causa de fracasso na execução dos ajustes é a incapacidade das empresas de manter a prestação dos serviços ao longo do tempo sem falhar no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias junto aos empregados. Logo, pode-se concluir que a habilidade de gestão de pessoal, nesses casos, relaciona-se mais à saúde financeira das empresas e à capacidade de gerenciar recursos financeiros e custos. 116. Por tudo isso, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica exigidos nas licitações não tem atendido aos pressupostos da Lei 8.666/93 – aptidão para executar os serviços contratados e cumprir com os demais encargos exigidos pela legislação e pelo contrato. 117. Com o propósito de atender aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, entende-se que deve ser requerido, para demonstrar a capacidade técnica para gerir pessoal, um mínimo de 20 (vinte) postos, pouco importando as dimensões dos serviços. Essa exigência presta-se a assegurar que a contratada possui a aptidão mínima para gerenciar contratos de natureza continuada, com cessão de mão de obra, perante a administração pública, até o limite de quarenta postos. Após esse limite, passaria a ser exigido 50% do total de postos de trabalho objeto da licitação." (Destacamos)*

6.7. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato de natureza continuada com cessão de mão de obra por período não inferior a 12 (doze) meses, até a data da abertura da sessão pública da licitação.

6.8. O prazo de 12 (doze) meses está vinculado à vigência da futura contratação e sua exigência encontra respaldo no [Acórdão 7164/2020 Segunda Câmara/TCU](#), assim:

*"Em licitações de serviços continuados, para fins de qualificação técnico-operacional, a exigência de experiência anterior mínima de três anos (subitens*

10.6, b, e 10.6.1 do Anexo VII-A da [IN-Seges/MPDG 5/2017](#)), lapso temporal em regra superior ao prazo inicial do contrato, deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade.

(...)

9.4. promover o envio de ciência, nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, com vistas à superveniente adoção das medidas cabíveis em prol da prevenção ou correção das irregularidades no sentido de, em futuros certames, a Fundação Universidade do Amazonas abster-se de exigir a comprovação de experiência pelos licitantes na execução do objeto licitado pelo prazo não inferior a 3 (três) anos, quando o prazo inicial do contrato a ser firmado for de 12 (doze) meses, sem a devida apresentação, para tanto, de percuente justificativa técnica fundamentada a partir de estudos prévios à licitação e da experiência pretérita da instituição contratante, devendo indicar ser esse lapso indispensável para assegurar a prestação dos serviços em conformidade com as necessidades específicas da instituição, por força da essencialidade, dos quantitativos, do risco e da complexidade, além das demais particularidades, ante a necessária observância dos princípios administrativos da razoabilidade, da competitividade no certame e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, além da observância à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.870/2018 e 2.785/2019, do Plenário, e do Acórdão 14.951/2018, da 1ª Câmara;"

6.9. Além disso, os atestados são necessários, porquanto o artigo 30 da Lei nº 8.666/93 exige a comprovação de aptidão para desempenho da atividade licitada. Essa comprovação é necessária para demonstrar que a licitante possui habilidade para a gestão da mão de obra, daí porque a Administração deve certificar-se de que a eventual contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado para as funções, além de honrar as demais obrigações constantes deste termo de referência, especialmente as trabalhistas, previdenciários e fiscais.

6.10. Conforme disposto na DENÚNCIA nº 1024537 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a jurisprudência do TCU consolidou o entendimento de que a permissão de somatório de quantitativo de atestados constitui medida que resguarda a competitividade do certame. Portanto, para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses e do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos poderão contemplar execuções em períodos distintos e concomitantes.

6.11. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

## **7. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA**

O licitante deverá comprovar patrimônio líquido de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do inciso III, §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta (Acórdão TCU Nº 1214/2013 - Plenário).

## **8. DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

Deve ser considerado vencedor o licitante que ao final da disputa de lances ofertar o menor preço global para o lote único, ter sua proposta aceita, bem como atender às exigências habilitatórias.

## 9. DA PROVA DE CONCEITO:

Não será exigida a apresentação de prova de conceito, pois não há necessidade de amostra a ser fornecida pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

## 10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

### 10.1. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

10.1.1. Os serviços serão executados nos locais indicados no Anexo II (Locais e Áreas) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

10.1.2. O fornecedor deverá prover os Postos de Serviços indicados no Anexo V (Quadro Consolidado) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

10.1.3. Os prestadores de serviços relativos à categoria de Auxiliar de Operador de Carga, cujas vagas forem alocadas na Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, poderão receber diária em caso de viagem a serviço para outras Superintendências Regionais da Fazenda, exceto Belo Horizonte e Contagem e unidades a elas circunscritas.

10.1.4. A prestação dos serviços relativos à categoria de Auxiliar de Operador de Carga, cujas vagas forem preenchidas nas demais unidades executoras, poderá ocorrer, eventualmente, nas unidades circunscritas de cada Superintendência abaixo descritas. O custo do deslocamento de ida e volta dos prestadores de serviços será de exclusiva responsabilidade da SEF/MG, devendo os serviços serem prestados dentro da carga horária estipulada no contrato, em um único dia, não podendo sob nenhuma hipótese haver pagamento de diária.

SRF Belo Horizonte - (Auxiliar de Operador de Carga)

SRF BELO HORIZONTE		
AF de 1º ou 2º nível	Área de abrangência	
	AF de 3º nível	Municípios
AF/1º nível/ BH -1		Belo Horizonte.
AF/1º nível/ BH -2		
AF/1º nível/ BH -3	Nova Lima	Nova Lima, Raposos, Rio Acima.
AF/2º nível/ Conselheiro Lafaiete		Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Itaverava, Lamim, Piranga, Queluzito, Rio Espera, Santana dos Montes, Senhora de Oliveira.
	Congonhas	Belo Vale, Congonhas, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Jeceaba, Moeda, Ouro Branco, São Brás do Suaçuí.
AF/2º nível/ Ouro Preto		Itabirito, Mariana, Ouro Preto.
		Capim Branco, Confins, Pedro Leopoldo



SRF BELO HORIZONTE		
AF/2º nível/ Pedro Leopoldo	Lagoa Santa	Lagoa Santa.
	Matozinhos	Matozinhos.
	Vespasiano	São José da Lapa, Vespasiano.
AF/2º nível/ Santa Luzia		Jaboticatubas, Nova União, Santa Luzia, Santana do Riacho, Taquaraçu de Minas.
	Ribeirão das Neves	Ribeirão das Neves.
	Sabará	Caeté, Sabará.

**SRF Contagem (Auxiliar de Operador de Carga)**

SRF CONTAGEM		
AF de 1º ou 2º nível	Área de abrangência	
	AF de 3º nível	Municípios
AF/1º nível/ Betim		Betim, Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé, São Joaquim de Bicas.
	Ibirité	Ibirité, Mário Campos, Sarzedo.
	Mateus Leme	Juatuba, Mateus Leme.
AF/1º nível/ Contagem		Contagem.
AF/2º nível/ Contagem		
AF/2º nível/ Curvelo		Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Pompéu, Presidente Juscelino, Santo Hipólito, Três Marias.
AF/2º nível/ Sete Lagoas		Araçai, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Paraopeba, Prudente de Moraes, Santana do Pirapama, Sete Lagoas.

**10.2. ATRIBUIÇÕES DO POSTOS DE SERVIÇOS**

**10.2.1. Servente**

10.2.1.1. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de

no mínimo seis meses na função.

10.2.1.2. Executar os serviços descritos na Rotina de Trabalho de conservação e limpeza deste Termo de Referência;

10.2.1.3. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.2. Servente I**

10.2.2.1. Servente com acúmulo de funções de cozinheira.

10.2.2.2. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.

10.2.2.3. Executar os serviços descritos na Rotina de Trabalho de conservação e limpeza deste Termo de Referência.

10.2.2.4. Preparar café, leite, chá e reposição de água potável nos filtros e geladeiras.

10.2.2.5. Preparar lanches e refeições.

10.2.2.6. Lavar fogão, louças, talheres, pano de prato, bandejas e toalhas.

10.2.2.7. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.3. Servente II**

10.2.3.1. Servente com acúmulo de funções de copeira.

10.2.3.2. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.

10.2.3.3. Executar os serviços descritos na Rotina de Trabalho de conservação e limpeza deste Termo de Referência.

10.2.3.4. Executar os serviços inerentes à função de copeira, exclusivamente durante o período de acúmulo da função de copeira.

10.2.3.5. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.4. Servente III**

10.2.4.1. Servente com acúmulo de funções de limpador de vidros.

10.2.4.2. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.

10.2.4.3. Executar os serviços descritos na Rotina de Trabalho de conservação e limpeza deste Termo de Referência.

10.2.4.4. Executar os serviços inerentes à função de limpador de vidros, exclusivamente durante o período de acúmulo da função de limpador de vidros.

10.2.4.5. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.5. Copeira**

10.2.5.1. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.

10.2.5.2. Zelar pela organização da copa, limpando-a, guardar utensílios nos respectivos lugares, retirar louças quebradas e manter a ordem e higiene do local.

10.2.5.3. Recolher, limpar e guardar os utensílios e equipamentos após cada uso.

10.2.5.4. Limpar com pano úmido com álcool os locais onde tenham sido efetuadas as refeições, mantendo-os asseado.

- 10.2.5.5. Manter em bom estado de conservação e organização o material de limpeza, bom como panos de copa, esponjas, toalhas e assemelhados.
- 10.2.5.6. Providenciar diariamente o preparo do café e chás no período da manhã e da tarde.
- 10.2.5.7. Abastecer pelo menos 02 (duas) vezes em cada período as garrafas térmicas situados nos postos de trabalho.
- 10.2.5.8. Manipular e servir cafés e chás em reuniões, curso ou treinamentos, ou quando solicitado pela unidade.
- 10.2.5.9. Suprir bebedouros com garrafas de água mineral, quando necessário.
- 10.2.5.10. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.6. Limpador de Vidros**

- 10.2.6.1. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.
- 10.2.6.2. Lavar vidros de janelas e fachadas.
- 10.2.6.3. O profissional para atendimento da AF/BH-3 também deverá executar os serviços nas unidades vinculadas à mesma, instaladas no município de Belo Horizonte, de acordo com o cronograma a ser definido entre as partes.
- 10.2.6.4. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.7. Auxiliar de Operador de Carga**

- 10.2.7.1. Perfil do profissional: ser alfabetizado, possuir experiência comprovada de no mínimo seis meses na função.
- 10.2.7.2. Movimentar (coletar e entregar) cargas de materiais, mobiliários, encomendas e malotes de processos.
- 10.2.7.3. Auxiliar no remanejamento de mobiliário e materiais nas dependências da Contratante.
- 10.2.7.4. Embalar e reparar embalagens de transporte de materiais e documentos.
- 10.2.7.5. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.2.8. Encarregado**

- 10.2.8.1. Perfil do profissional: ensino fundamental completo, possuir experiência mínima de seis meses nas atividades de supervisão ou gerenciamento de pessoas e conhecimentos básicos de informática.
- 10.2.8.2. Garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo no local de trabalho em tempo integral para fiscalizar e dar orientações necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 10.2.8.3. Reportar sempre que necessário ao fiscal do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas apontadas.
- 10.2.8.4. Controlar o registro de presença dos empregados.
- 10.2.8.5. Orientar quanto a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.
- 10.2.8.6. Exercer outras atividades afins, conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída com base na Portaria nº 397, de 10.10.2002.

**10.3. DESCRIÇÃO E FREQUÊNCIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

10.4. A limpeza pesada, compreendendo a lavagem, o enceramento, a raspagem e outros serviços, deverá ser executada nos horários de menor fluxo de pessoas.

**10.5. ÁREA INTERNA - DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

10.5.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.

10.5.2. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó.

10.5.3. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado.

10.5.4. Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante (pelo menos duas vezes ao dia).

10.5.5. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira.

10.5.6. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados.

10.5.7. Varrer os pisos de cimento.

10.5.8. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia.

10.5.9. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário.

10.5.10. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados.

10.5.11. Limpar os elevadores com produtos adequados.

10.5.12. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições.

10.5.13. Retirar o lixo pelo menos duas vezes ao dia, acondicionando-o em local adequado.

10.5.14. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel e demais matérias recicláveis, quando couber, nos termos legislação vigente.

10.5.15. Limpar os corrimãos.

10.5.16. Limpar bebedouros e supri-los com garrações de água mineral (adquiridos pela Administração), os quais devem ser higienizados antes da colocação.

10.5.17. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

**10.6. ÁREA INTERNA - SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

10.6.1. Limpar por detrás dos móveis, armários e arquivos.

10.6.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica.

10.6.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético.

10.6.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados.

10.6.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.

10.6.6. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.

10.6.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar.

10.6.8. Limpar os espelhos com pano umedecido em produto específico (duas vezes por

semana).

10.6.9. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros de obras de arte em geral.

10.6.10. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

10.7. **ÁREA INTERNA - MENSALMENTE:**

10.7.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora.

10.7.2. Limpar forros, paredes e rodapés.

10.7.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados.

10.7.4. Limpar persianas com produtos adequados.

10.7.5. Remover manchas de paredes.

10.7.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr etc.).

10.7.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

10.8. **ÁREA INTERNA - ANUALMENTE:**

10.8.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas.

10.8.2. Lavar cadeiras e estofados de tecidos com produtos e equipamentos adequados, se necessário.

10.9. **ÁREA EXTERNA - DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

10.9.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza.

10.9.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados.

10.9.3. Varrer as áreas pavimentadas.

10.9.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local indicado pela Administração, atendendo normas e padrões ambientais de separação e armazenamento de resíduos.

10.9.5. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

10.10. **ÁREA EXTERNA - SEMANALMENTE:**

10.10.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.

10.10.2. Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar.

10.10.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes.

10.10.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

10.11. **ÁREA EXTERNA - SEMESTRALMENTE:**

10.11.1. Promover a limpeza das calhas e luminárias de todas as edificações.

10.12. **VIDROS INTERNOS E EXTERNOS:**

10.12.1. Os serviços serão executados semanalmente, na face interna e externa, em conformidade com as normas de segurança de segurança do trabalho, aplicando produto anti embaçante.

10.13. **LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA**

10.13.1. Limpeza por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cerdas de nylon para que as paredes não sejam danificadas, eliminando assim toda a sujeira aderida.

10.13.2. A água residual do fundo do reservatório será totalmente escoada por

bombeamento.

10.13.3. Após a limpeza, será feita a desinfecção do reservatório.

10.13.4. A solução pulverizada no reservatório deverá ser removida, deixando a caixa pronta para uso.

10.13.5. Para a certificação da desinfecção dos reservatórios, deve-se, uma semana após a execução do serviço, coletar amostra da água para análise bacteriológica, conforme consta nas normas de controle para limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável da Vigilância Sanitária.

10.13.6. Os produtos utilizados devem ser previamente testados pelos fabricantes e registrados para tratamento domissanitário pelo Ministério da Saúde.

10.13.7. Após a realização dos serviços, a empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, no qual especifique o prazo de validade dos serviços e produtos aplicados.

10.13.8. No período de validade dos serviços, a empresa deverá dar toda a assistência que se fizer necessária para garantir a eficiência dos serviços.

10.13.9. A higienização deverá ser executada a cada 01 (um) ano ou na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água, tais como queda de animais, sujeiras, enchentes entre outros.

#### 10.14. **DEDETIZAÇÃO**

10.14.1. Os serviços de dedetização quando houver, serão efetuados a cada 01 (um) ano.

10.14.2. Na ocasião de prestação dos serviços a Contratada deverá apresentar Alvará de Licença de Funcionamento ou documento equivalente expedido pela Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal por meio do órgão sanitário competente, em nome do fornecedor que irá prestar os serviços, devendo ser executado de acordo com as normas regulamentares pertinentes.

#### 10.15. **DOS UNIFORMES**

10.15.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

10.15.2. O fornecedor deverá fornecer aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos completos para cada empregado no início da execução dos serviços, conforme a categoria profissional. Após a primeira entrega, deverá ser entregue, para cada empregado, 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses.

10.15.3. Os uniformes a serem entregues, por categoria, deverão obedecer às especificações e quantitativos indicados abaixo:

FUNÇÃO	ITENS					
	Calça	Camisa	Jaleco	Tênis	Sapato	Bota
Servente de Limpeza	1	1		1		
Copeira	1	1		1		
Encarregado	1	1			1	
Limpador de Vidros	1	1	1			1

Auxiliar Operador de Carga	1	1	1			1
----------------------------	---	---	---	--	--	---

10.15.4. Descrição de 01 (um) conjunto completo de uniforme: Calça comprida, camisa (manga curta), jaleco (manga curta), confeccionados em tecido tipo brim, ou tipo malha, de primeira qualidade modelo padrão do fornecedor, tênis, sapato e bota com solado antiderrapante e isolante.

10.15.5. O modelo dos uniformes a serem fornecidos aos empregados deverá ser submetido à avaliação prévia da SEF/MG. Caso o modelo apresentado seja considerado inadequado à prestação dos serviços, o mesmo deverá ser substituído, sem quaisquer acréscimos aos valores estabelecidos na Planilha de Custos Global.

10.15.6. Os uniformes deverão ser entregues a toda categoria profissional mediante recibo (relação nominal, impreterivelmente assinada e datada por cada profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada as unidades usuárias para ateste.

10.15.7. O fornecedor deverá fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita dos fiscais do contrato, designados pela SEF/MG, substituindo-os sempre que necessário.

10.15.8. A Contratada deverá providenciar para que todas as peças de uniforme tenham corte adequado a cada profissional, observando-se o sexo e as características de altura e peso, devendo promover quaisquer adaptações necessárias.

10.15.9. É expressamente vedado o uso de chinelos, sandálias ou qualquer calçado incompatível com a natureza do serviço.

#### 10.16. **DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

10.16.1. Conforme disposto na Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-6) o fornecedor deverá disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual - EPI's: avental impermeável, luvas, toucas, máscaras, botas de borracha, cinturão paraquedista, capacete, óculos de proteção contra partículas sólidas, óculos de proteção contra produtos químicos, óculos de proteção contra gases e vapores, respirador anti poeira, capa de chuva, calçados de segurança, protetor auricular e outros que se fizerem necessários.

10.16.2. A listagem de EPI's deverá ser adequada e dimensionada pelo fornecedor para a boa condução dos serviços, em observância às normas legais de segurança e proteção aplicáveis.

10.16.3. O fornecedor deverá orientar e fiscalizar quanto à utilização correta dos EPI's específicos para cada atividade e à necessidade de mantê-los em perfeita higiene e estado de conservação.

#### 10.17. **DOS EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA**

10.17.1. Para a execução dos serviços de limpeza e conservação, o fornecedor deverá colocar à disposição de seus empregados equipamentos novos com qualidade e tecnologia compatíveis com as tarefas especificadas, mantendo-os em perfeitas condições de uso e identificados de modo a não ser confundidos com similares de propriedade da Contratante, devendo os danificados serem substituídos de forma a não prejudicar a execução dos serviços contratados.

10.17.2. Os equipamentos deverão ser distribuídos e mantidos nos respectivos locais da prestação dos serviços, devendo a entrega dos mesmos ser comprovada pelo fornecedor, indicando a descrição, quantidade e número de identificação de cada equipamento.

10.17.3. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e acidentes.

10. 17.4. As extensões elétricas, quando necessárias para o funcionamento dos

equipamentos, serão consideradas como acessórios.

## 11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

11.1. A definição do valor a ser pago mensalmente à Contratada está sujeita à ocorrência de desconto dos valores sobre o Montante "D", referentes aos indicadores de desempenho definidos neste documento, observado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. A realização dos descontos indicados no subitem anterior não impede a Administração Pública de aplicar sanções à Contratada por inexecução contratual.

11.3. Os indicadores de desempenho previstos neste documento somente serão considerados, para fins de impacto no pagamento à Contratada, após decorridos 6 (seis) meses da publicação do Contrato, mas serão aferidos desde o início da sua vigência de forma a proporcionar às partes contratantes um período de adaptação dos referidos indicadores.

11.4. Os indicadores deixarão de ser medidos nos dias em que ocorrerem fatos não gerados pela Contratada e que a impeça de executar as obrigações deste contrato.

11.5. A Contratada deverá encaminhar aos fiscais do contrato as informações para subsidiar a aferição dos indicadores, juntamente com a documentação do faturamento.

11.6. A partir do primeiro dia útil posterior ao recebimento das informações, o fiscal do contrato terá o prazo de 03 (três) dias para validar as informações recebidas, processar o cálculo dos indicadores de desempenho e encaminhar à Contratada, via e-mail, a notificação do resultado.

11.7. A Contratada terá direito ao contraditório, a ser apresentado ao fiscal do contrato, em até 03 (três) dias contados do recebimento da notificação do resultado.

11.8. Para apurar o valor do desconto no pagamento, será utilizado como base de cálculo o valor do Montante "D" pago à Contratada na fatura correspondente ao mês de apuração, ou seja, no mês em que foi gerada a ocorrência.

11.9. Os indicadores são apurados por unidade executora do contrato e levam em conta todas as demais unidades administrativas a ela circunscrita.

11.10. Para cada indicador são estabelecidas as qualificações excelente, bom e insuficiente, que determinarão o desconto sobre o valor do Montante "D", assim:

Faixa de resultado	Qualificação	(%) de desconto do Montante "D"
≥ 95%	Excelente	0%
≥75% até 94,9%	Bom	3%
<75%	Insuficiente	10%

11.11. Indicador 1: substituição de férias

Item	Descrição
Finalidade	Medir o grau de cumprimento dos prazos para substituição dos empregados afastados por motivo de férias.
Meta	95%
Medição	Ausência de substituto durante férias, apurada por meio da data de início das férias do empregado e a data de início da prestação dos serviços do empregado substituto, sem lacuna entre as datas.
Acompanhamento	Relatório emitido pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Cálculo da nota do indicador	Indicador férias % = $(i/n) \times 100$ , onde: i = quantidade de empregados substituídos sem lacuna entre as datas; n = quantidade de empregados em gozo de férias



11.12. Indicador 2: fornecimento de material de limpeza

Item	Descrição
Finalidade	Medir a entrega tempestiva de materiais de limpeza, minimizando atrasos nas operações.
Meta	95%
Medição	O prazo máximo acordado para a entrega do material de limpeza será de 30 (trinta) dias, a partir da data da solicitação, via e-mail.
Acompanhamento	Relatório emitido pela Contratada
Periodicidade	Bimestral
Cálculo da nota do indicador	Indicador material % = $(1 - d/30) \times 100$ , onde: d = dias de atraso

11.13. Indicador 3: dedetização e/ou limpeza de caixa d'água

Item	Descrição
Finalidade	Medir a realização eficaz e oportuna dos serviços de dedetização e limpeza de caixa d'água, mantendo um ambiente seguro e saudável
Meta	95%
Medição	O prazo máximo acordado para a dedetização e limpeza de caixa d'água será de 30 (trinta) dias, a partir da data da solicitação, via e-mail.
Acompanhamento	Relatório emitido pela Contratada
Periodicidade	quando ocorrer a prestação dos serviços
Cálculo da nota do indicador	Indicador dedetização e limpeza de caixa d'água % = $(1 - d/30) \times 100$ , onde: d = dias de atraso

## 12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.

12.2. O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso.

12.3. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais, em valores mensais e totais, com os seguintes dados:

Dados da CONTRATANTE

Nome: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA / Administração Fazendária \_\_\_\_\_ (inserir nome da respectiva Unidade Executora), CNPJ: \_\_\_\_\_ e Endereço: \_\_\_\_\_

Dados da CONTRATADA

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Número da conta: \_\_\_\_\_

12.4. Como comprovante de despesa será aceito o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que, conferido com os dados da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será incluído no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para ateste das condições satisfatórias para o serviço público estadual, por dois servidores responsáveis pelo recebimento do objeto.

12.5. A Contratada deverá emitir e apresentar o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, para conferência

e ateste pelas unidades executoras, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

12.6. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e respectivo DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para os devidos ajustes e o prazo para o pagamento passará a contar da data da reapresentação do documento fiscal considerado válido pela Contratante.

12.7. Para a emissão e apresentação do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, a Contratada deverá especificar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Montante “E”), levando-se em conta a alíquota específica de cada município, correspondente à localidade da prestação do serviço

12.8. Como condição necessária para o ateste dos documentos fiscais e para a autorização do pagamento, a Contratada encaminhará mensalmente à Contratante, juntamente com o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE, preferencialmente de forma eletrônica, a seguinte documentação:

12.8.1. Planilhas de custos pormenorizadas, conforme especificado nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Planilha Custos Global, respectivamente.

12.8.2. O faturamento deverá abranger o período compreendido entre o primeiro dia e o último dia do mês a que se referir.

12.8.3. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço da Contratante, juntamente com a planilha de custo, contendo relação nominal de todos os prestadores de serviços e substitutos que prestaram serviços no período, identificando a carga horária e valores das parcelas salariais e encaminhando justificativas para eventuais distorções sob pena de devolução da mesma para correção e suspensão do pagamento das parcelas não comprovadas até a efetiva regularização.

12.8.4. Comprovante do recolhimento das contribuições sociais e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE e correspondente ao mês da última competência vencida até o 1º (primeiro) dia subsequente à data-limite para recolhimento da obrigação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

12.8.5. Relativamente aos materiais, os pagamentos das faturas também dependerão da apresentação dos comprovantes da efetiva entrega dos mesmos, sendo que no mês em que não houver a entrega de tais materiais, os campos da planilha de custo relativos a estes insumos não deverão ser preenchidos. A nota fiscal deverá ser emitida por município onde o material for entregue.

12.8.6. Relativamente aos serviços de dedetização e limpeza de caixa d'água, os pagamentos das faturas também dependerão da apresentação dos comprovantes da efetiva entrega dos mesmos, sendo que no mês em que não houver a entrega de tais serviços, os campos da planilha de custo relativos a estes insumos não deverão ser preenchidos. A nota fiscal deverá ser emitida por município onde o serviço for prestado.

12.8.7. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme relação contendo o nome do funcionário e o valor, emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente.

12.8.8. Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza quitada e autenticada pelo servidor responsável pelo pagamento ou, no caso de documento proveniente da internet, terá sua autenticidade certificada junto ao site do órgão emissor, vinculada ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE emitido contra a Contratante, fazendo constar, no mesmo, o número da Nota Fiscal Eletrônica que lhe deu origem e do contrato, exceto se houver, na legislação específica do município correspondente à localidade da prestação dos serviços, exigência contrária na forma de recolhimento do imposto.

12.8.9. Comprovante de entrega dos benefícios previstos no contrato (vale transporte,

cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição) relativos ao mês da prestação dos serviços.

12.9. A Contratante, nos termos do art. 31 da Lei nº. 8.212/91, com redação dada pela Lei nº. 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 da referida lei.

12.10. A quitação mensal dependerá de criteriosa conferência, levando-se em conta a efetiva prestação dos serviços, deduzindo-se as faltas, atrasos, férias ocorridas no período caso não ocorra a substituição do empregado pela Contratada, bem como o efetivo fornecimento de vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, deduzido o valor descontado do empregado, após a conferência dos respectivos comprovantes, observada a alíquota de ISSQN relativa a cada município.

12.11. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou esta feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou de minutos não atendidos, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

12.12. Após o recebimento e conferência dos materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios entregues pelo fornecedor, a unidade usuária deverá atestar o recebimento dos mesmos, por meio da respectiva relação de materiais, contendo, a marca, valor unitário e valor total de cada item entregue e encaminhá-la à respectiva Unidade Executora, para subsidiar o faturamento desses insumos pelo efetivo recebimento dos mesmos.

12.13. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma da lei e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE atestado por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

12.14. A não apresentação dos documentos pela Contratada, inclusive os relativos aos recolhimentos devidos, implicará na suspensão do pagamento, até a devida comprovação, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

12.15. Será liberado o pagamento da fatura apresentada às unidades executoras para liquidação somente após a conferência dos comprovantes mencionados no subitem 12.8.

12.16. Os primeiros documentos fiscais deverão ser emitidos proporcionalmente ao número de dias de serviços efetivamente prestados no mês anterior.

12.17. No caso de providências complementares por parte da Contratada, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que houver o cumprimento definitivo da ocorrência, não sendo devida nesses casos atualização financeira.

12.18. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

12.19. É obrigatória a retenção, na fonte, de Imposto de Renda pela CONTRATANTE, sobre o valor total da nota fiscal emitida pela CONTRATADA, observadas as exceções legais, conforme alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012 - Anexo I - Tabela de Retenção, com alteração dada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, DE 26/06/2023.

12.20. A retenção do Imposto de Renda, de que trata o subitem anterior, deverá ser destacada no corpo do documento fiscal.

## 13. DO CONTRATO:

13.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, de acordo com os art. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

13.2. A execução dos serviços será iniciada na data prevista de 21 de fevereiro de 2024.

13.3. O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93.

#### **14. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

14.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuação mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

14.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

14.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

14.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

14.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “*Ticket* Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

14.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

14.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

14.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

14.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação

pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

14.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas, separadas por Unidade Executora. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração do termo aditivo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

14.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data-base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no parágrafo anterior.

14.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

## **15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:**

15.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

15.2. Serão designados os Fiscais de contrato mediante ordem de serviço a ser editada após a publicação do instrumento contratual, aos quais caberá fiscalizar e acompanhar a execução contratual, bem como fazer cumprir as condições descritas neste Termo de Referência, seu Anexo e no Contrato.

15.3. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

15.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

15.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

15.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

15.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.8.666/93.

15.8. Caberá ao gestor os controles administrativos e financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

15.9. Não obstante o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por terceiros designados, podendo para isso:

15.9.1. solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário do

fornecedor que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

15.9.2. examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como observar o cumprimento dos seus respectivos direitos trabalhistas e originalidade quanto aos demais recolhimentos;

15.9.3. interromper qualquer atividade exercida por empregado do fornecedor que ofereça perigo iminente a esse ou a terceiros, devendo comunicar o fato, imediatamente e por escrito, ao preposto do fornecedor;

15.9.4. fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual.

15.10. Os fiscais do contrato, designados pela Contratante, poderão exigir do fornecedor, a qualquer momento, e deverão ser atendidos em até 3 (três) dias úteis, os seguintes documentos:

15.10.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

15.10.2. aviso de concessão de férias;

15.10.3. recibo de pagamento de férias;

15.10.4. recibo de pagamento de abono pecuniário;

15.10.5. recibos de salários e 13º salário;

15.10.6. recibos de Vale transportes, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição;

15.10.7. atualização de endereço e requisição de Vale-Transporte;

15.10.8. contribuição sindical;

15.10.9. relação Anual de Informações Sociais (RAIS);

15.10.10. atestados e justificativas;

15.10.11. documentos de salário-família;

15.10.12. Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), com homologação;

15.10.13. Guia Rescisória de FGTS e Contribuições sociais (GRFC)/Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF);

15.10.14. Aviso prévio e pedido de demissão;

15.10.15. Comunicação de Dispensa (CD) e requerimento de Seguro-Desemprego (SD);

15.10.16. cópias de cartões e/ou folhas de ponto dos respectivos empregados a seu serviço;

15.10.17. cópias dos documentos-base do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

15.10.18. comprovante de fornecimento de EPI's e de treinamento do seu uso;

15.10.19. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO's) e qualquer outro documento que comprove o atendimento às Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades exercidas.

15.11. A Contratante poderá utilizar pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Contratada, para fins de avaliar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como instituir outros procedimentos para a avaliação do fornecedor.

15.12. Após a assinatura do contrato, os fiscais e o gestor deverão promover reunião inicial com a Contratada para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.13. Os fiscais e o gestor do contrato realizarão reuniões periódicas com o preposto da Contratada, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos

serviços.

15.14. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

15.15. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto deverão ser organizados em processo próprio de fiscalização.

15.16. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, contidos no processo de fiscalização, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

15.16.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

15.16.2. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

15.16.3. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

15.16.4. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

15.16.5. a satisfação do público usuário.

15.17. Deverá ser estabelecido, desde o início da prestação dos serviços, mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados no contrato, para efeito de acompanhamento da execução do objeto, bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas desta contratação serão acobertadas pelas dotações orçamentárias nº 1191 04 122.705.2500.0001.3390.37.01, fontes 10.1 e 29.1 (SPGF), 1191 04 129 113 4282 0001 3390 37.01, fontes 10.1 e/ou 29.1 (AF), 1191 04 129 113 4312 0001 3390.37.01, fonte 10.1 (CCMG) e 1191 04 129 113 4278 0001 3390 37.01, fontes 10.1 e/ou 29.1 (SUFIS), consignadas na Lei Orçamentária Anual nº 24.272, de 20/01/2023, e quanto aos exercícios subsequentes pelas dotações próprias que forem fixadas no respectivo orçamento. Conforme política adotada na gestão orçamentária, os recursos orçamentários são liberados mensalmente para as Unidades Executoras.

## **17. DAS GARANTIAS:**

### **17.1. GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO:**

17.1.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.1.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.1.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de três décimos por cento por dia (0,3%), até o trigésimo dia de atraso, do valor total do contrato.

17.1.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.1.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 17.1.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 17.1.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 17.1.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 17.1.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.1.4. No caso de seguro garantia, deverá constar cláusula de cancelamento do mesmo somente com a anuência da Contratante. Uma cópia autenticada da apólice deverá ser encaminhada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF/DPOF.
- 17.1.5. Se a modalidade escolhida for a caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida pela Contratada junto ao Tesouro do Estado de Minas Gerais, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e, quando da devolução, após a execução do contrato, será atualizada monetariamente de acordo com a variação “pro-rata-tempore” do IPCA.
- 17.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de depósito bancário à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF/DPOF.
- 17.1.7. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.
- 17.1.8. A garantia prestada pela Contratada deverá garantir a continuidade do serviço contratado, bem como as obrigações assumidas pela mesma, durante todo o período de vigência do contrato, devendo ser renovada se houver prorrogação.
- 17.1.9. A garantia será liberada ou restituída após três meses da execução do contrato, quando as obrigações forem consideradas cumpridas em todos os termos do contrato e aditivos, caso ocorram. Considerar-se-á executado o contrato quando da emissão de declaração pela Contratante de que a prestação dos serviços encerrou-se de maneira satisfatória, o que deverá ocorrer após o término da vigência contratual e comprovação pela Contratada do recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas.
- 17.1.10. A liberação da caução em dinheiro ou carta de fiança bancária somente ocorrerá após expressa autorização da Contratante.
- 17.1.11. É facultado à Contratada, no curso da execução do contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas nesta cláusula, mediante autorização expressa da Contratante.
- 17.1.12. Quando da rescisão do contrato, o fiscal deve verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 17.1.13. Até que a contratada comprove o disposto no artigo anterior, a Contratante deverá reter:
- 17.1.13.1. a garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria;
- 17.1.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 17.1.13.3. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos



empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

## **18. DA VISTORIA TÉCNICA:**

18.1. Fica facultado aos interessados visitar os locais e imóveis onde serão prestados os serviços. Os endereços completos estão no Anexo II (Locais e Áreas) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

18.2. Os interessados em visitar os locais deverão entrar em contato previamente por meio do e-mail [spgfdbensdgs@fazenda.mg.gov.br](mailto:spgfdbensdgs@fazenda.mg.gov.br), para agendar o dia e o horário em que realizará a visita, devendo executá-la somente acompanhado pelo servidor responsável ou indicado pela unidade administrativa correspondente.

18.3. A visita técnica deverá ser agendada até 02 (dois) dias antes da sessão, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

18.4. Mesmo não havendo visita, a proposta vincula o respectivo fornecedor, ficando claro que não será aceito, sob nenhuma hipótese, a alegação posterior de desconhecimento das circunstâncias em que deverão ser executados os serviços ora licitados, ou de forma a desobrigar a sua execução, sob pena de aplicação das penalidades legais por inexecução ou descumprimento do contrato.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

19.1. Os seguintes serviços da presente contratação poderão ser subcontratados na sua totalidade:

19.1.1. limpeza e higienização de reservatórios de água;

19.1.2. dedetização;

19.2. Antes de executar uma atividade permitida nesta seção, por intermédio de um agente subcontratado, deve a Contratada submeter à prévia aprovação do Contratante a indicação da empresa que pretenda executar a atividade.

19.3. A subcontratação deverá ocorrer com empresas devidamente regularizadas junto aos respectivos órgãos competentes.

19.4. Deverão ser apresentados à fiscalização do contrato, no formato digital, 10 (dez) dias antes da realização dos serviços, os documentos que comprovem idoneidade fiscal da empresa subcontratada, sendo a mesma documentação passível de exigibilidade durante a realização dos serviços subcontratados.

19.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19.6. Fica a Contratada, em até 48 horas antes do início do serviço subcontratado, obrigada a fornecer à fiscalização do contrato a identificação dos funcionários das empresas subcontratadas que atuarão nas dependências da Contratante.

## **20. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **20.1. DA CONTRATADA:**

20.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

20.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

- 20.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.
- 20.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
- 20.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.
- 20.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação, se houver.
- 20.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 20.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 20.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
- 20.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 20.1.11. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.
- 20.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.1.13. Indicar preposto que o representará perante a Contratante, com as seguintes atribuições:
- 20.1.13.1. supervisionar a execução dos serviços;
- 20.1.13.2. orientar os prestadores de serviços sobre diretrizes básicas de segurança do trabalho delineadas pela Contratada, com o objetivo de preservar a integridade do elemento humano e o patrimônio das partes contratadas, assegurando a continuidade das atividades;
- 20.1.13.3. inteirar-se com os fiscais do contrato, designados pela Contratante, das reclamações e necessidades, participando de reuniões de acompanhamento do contrato.
- 20.1.14. Manter equipe de fiscalização e supervisão mensal da qualidade dos serviços, cabendo-lhes a supervisão e responsabilização pela execução dos serviços, e ainda, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, e verificando o cumprimento de todas as tarefas.
- 20.1.15. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, mantendo na prestação dos serviços ora contratados, pessoal especializado, maior de 18 (dezoito) anos, não podendo, em hipótese nenhuma ceder ou subcontratar os serviços a terceiros.
- 20.1.16. Selecionar seus empregados, de maneira que se apresentem permanentemente

com boa conduta e capacitação, para bem desempenhar as atividades inerentes à execução dos serviços e com carteiras de trabalho devidamente regularizadas.

20.1.17. Recrutar, preparar e qualificar periodicamente seus empregados, com assunção de sua inteira e exclusiva responsabilidade sem quaisquer ônus para a Contratante.

20.1.18. Empregar na execução dos serviços pessoal apto e qualificado para o desempenho das funções, com exames médicos periódicos atualizados.

20.1.19. Credenciar junto à Contratante, para fins de identificação, todo o seu pessoal designado para a prestação dos serviços, sob pena de não lhe ser permitido o acesso às instalações da Contratante, descredenciando imediatamente perante a Contratante o empregado que for desligado para a prestação dos serviços ora contratados.

20.1.20. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente, devendo para tanto, dispor de cadastro de pessoal qualificado para proceder à substituição de profissional.

20.1.21. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachá com fotografia recente e provendo-o dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, necessários e de excelente qualidade, consoante especificações e determinações recomendadas pelos órgãos técnicos competentes, responsabilizando-se integralmente pela supervisão de sua correta utilização por seus empregados.

20.1.22. Observar o horário para a execução dos serviços, conforme necessidade de atendimento de cada unidade da Contratante, sem que haja quebra da rotina de funcionamento da Administração.

20.1.23. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento aos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, inclusive para atendimento em casos de emergência.

20.1.24. Assegurar os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, apresentando a apólice de seguro, sempre que solicitado pela Contratante.

20.1.25. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante, diligenciando para que todos cumpram as normas internas relativas à segurança das unidades onde serão executados os serviços.

20.1.26. Providenciar a imediata substituição do empregado ausente, sem interrupção e independente de qualquer motivo, como férias, licença, falta ao serviço, mantendo o quadro de pessoal completo, sem ônus adicional à Contratante, e atender aos requisitos exigidos, no prazo máximo de uma 01 (uma) hora após o início da respectiva ausência, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços.

20.1.27. A Contratante reserva-se o direito de não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nessa hipótese, as horas serão deduzidas da fatura.

20.1.28. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

20.1.29. Apresentar aos fiscais do contrato, designados pela Contratante, por localidade, relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas e substituições se houver, bem assim escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.

20.1.30. Fornecer aos seus empregados conjunto completo de uniformes, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

20.1.31. Fornecer aos seus empregados apenas o quantitativo de vales transporte necessário ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, devendo averiguar a veracidade da declaração fornecida pelo seu empregado, nos termos do artigo 7º do Decreto 95.247/87.

20.1.32. Fornecer aos seus empregados, quando devido, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, de acordo com o estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho relativa ao local da prestação dos serviços.

20.1.33. Disponibilizar aos seus empregados, e exigir a sua utilização pelos mesmos, os seguintes equipamentos de segurança - EPI's: avental impermeável, luvas, toucas, máscaras, botas, cinturão paraquedista; capacete, óculos de proteção contra partículas sólidas, óculos de proteção contra produtos químicos, óculos de proteção contra gases e vapores, luvas, botas de borracha, respirador antipoeira, capa de chuva, calçados de segurança, protetor auricular e outros que se fizerem necessários.

20.1.34. Os EPI's deverão ser adequados e dimensionados pela Contratada, em observância às normas legais de segurança e proteção aplicáveis.

20.1.35. Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, ficando claro inexistir entre seus empregados e a Contratante vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, razão pela qual correrão por conta exclusiva da Contratada todos os ônus decorrentes de rescisões de contratos de trabalho e atos de subordinação de seu pessoal.

20.1.36. Zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais é vedado praticar qualquer tipo de jogo; praticar qualquer tipo de comércio (venda); vender rifas ou bilhetes; circulares pedidos ou manifestos; consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante; permanecer nas dependências da Contratante fora dos horários em que prestam serviços, utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos bem como materiais de consumo da Contratante, abrir armários, gavetas, invólucros de qualquer espécie, sem a autorização prévia do chefe da repartição competente.

20.1.37. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais necessários à execução dos serviços, fornecendo bimestralmente os materiais de primeira qualidade e em quantidades suficientes para que os serviços não sofram interrupções, garantindo a qualidade destes e responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais, acompanhado da respectiva relação, contendo a marca, o valor unitário e o valor total de cada item entregue.

20.1.38. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência. Os materiais ficam, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições referentes ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização das entidades governamentais.

20.1.39. Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados, normas e regulamentos disciplinares da Contratante, além dos postulados de âmbito federal, estadual e municipal.

20.1.40. Comunicar à Contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual, seja de ordem pessoal ou de ordem material.

20.1.41. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.

20.1.42. Fornecer à Contratante sempre que solicitada, a folha de pagamento da Contratada com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, bem como os comprovantes dos encargos sociais incidentes, sempre atualizados.

20.1.43. Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, recolhendo no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos.

20.1.44. O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

20.1.45. Apresentar mensalmente à Contratante, juntamente com os documentos fiscais,

além da respectiva planilha de custos, os comprovantes dos recolhimentos dos encargos sociais, acompanhados dos originais para conferência ou devidamente autenticados, relativos ao mês da última competência vencida, referentes à força de trabalho alocada às atividades objeto desta contratação.

20.1.46. A Contratada responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos, a terceiros ou à própria Contratante, desde que fique comprovada a responsabilidade, advinda de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo de demais sanções.

20.1.47. A Contratada promoverá a reparação, a correção, a remoção, reconstrução ou substituição às suas expensas, no total ou em parte, dos serviços efetuados nos quais sejam constados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis.

20.1.48. Assegurar à Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

20.1.49. A Contratada deverá apresentar de programa de prevenção de acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o artigo 9º do Decreto Estadual nº 46.559/2014.

## **20.2. DA CONTRATANTE:**

20.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.2.2. Realizar o pagamento à Contratada pelos valores efetivamente comprovados na execução dos serviços prestados, nos prazos estabelecidos no contrato.

20.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

20.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da Contratada.

20.2.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a Contratada regularizar as falhas observadas.

20.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

20.2.8. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares.

20.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

20.2.10. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade

civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.1.1. advertência por escrito;
- 21.1.2. multa de até:
  - 21.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
  - 21.1.2.2. 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia financeira de execução exigida ou por ocasião da prorrogação;
  - 21.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;
  - 21.1.2.4. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
- 21.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 21.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;
- 21.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 21.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 21.1.1, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5.
- 21.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.
- 21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  - 21.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 21.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 21.7. As sanções relacionadas nos itens 21.1.3, 21.1.4 e 21.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.
- 21.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
  - 21.8.1. Retardarem a execução do objeto;
  - 21.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;
    - 21.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o

conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

21.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **22. DO DETALHAMENTO PARA A FORMAÇÃO DOS CUSTOS**

22.1. **Montante “A” (salários) deverá ser cotado da seguinte forma:**

22.1.1. Os salários deverão ser no mínimo, o piso salarial estipulado nas Convenções Coletivas de Trabalho do Sindicato dos Empregados das categorias profissionais a serem contratadas, considerando a jornada de trabalho, constante do Anexo V (Quadro Consolidado) da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, respeitado o limite de 44h semanais.

22.1.2. Os salários deverão ser cotados considerando as Convenções Coletivas de Trabalho registradas em 2023 para todos os municípios.

22.1.3. O nº de registro das CCT consta das abas “CCT – Salários” e “CCT – Insumos” da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

22.1.4. Para o cálculo do salário das categorias com acúmulo de função deverá ser observado as abas “Tempo Acúmulo de Função” e “Cálculo Acúmulo de Função” da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

22.1.5. Em hipótese alguma deverão ser realizadas horas extras e adequação da jornada de trabalho, porquanto não será objeto de indenização pela SEF/MG.

22.2. **Montante “B” (Encargos Sociais/Trabalhistas) deverá ser cotado da seguinte forma:**

22.2.1. Com os índices estabelecidos no Anexo VI (Planilha Custos Global), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, devendo ter por somatório **74,94%** (setenta e quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento).

22.2.2. O valor referente ao item 5 do Montante “B” (Riscos Ambientais do Trabalho – RAT) deverá ser de 3% (três por cento) para todos os fornecedores participantes.

22.2.3. As alíquotas do Montante “B” não podem ser alteradas pelos licitantes.

22.2.4. Os encargos sociais e trabalhistas e respectivos índices constantes do Anexo VI - Custos Global que porventura sofrerem quaisquer alterações por imposição legal, não contida no referido Anexo e que venham a ser instituído por Lei, deverão ser apresentados em separado, ficando o fornecedor obrigado a apresentar documentos comprobatórios de recolhimento referentes aos 03 (três) últimos meses do fato gerador e texto legal referente à alteração.

22.3. **Montante “C” (Insumos de mão de obra e diversos) deverá ser cotado da seguinte forma:**

22.3.1. **Uniformes**

22.3.1.1. Constar na aba “CCT Insumos” célula B37 da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo unitário para fornecimento de uniformes, que deverão ser fornecidos gratuitamente, sendo que a primeira entrega deverá ocorrer na data de início de vigência do contrato, no quantitativo de 02 (dois) conjuntos completos, por empregado. Após a primeira entrega, deverá ser entregue 01 (um) conjunto completo, por empregado, a cada 06 (seis) meses.

22.3.1.2. A especificação de 01 (um) conjunto completo de uniforme a ser entregue

por categoria, nos prazos e quantitativos estabelecidos no item anterior é a constante do subitem 10.15.3 deste Termo de Referência.

22.3.1.3. Descrição dos uniformes: Calça comprida, camisa (manga curta), jaleco (manga curta), confeccionados em tecido tipo brim, ou tipo malha, de primeira qualidade, modelo padrão da empresa, tênis, sapato e bota com solado antiderrapante.

22.3.1.4. O modelo dos uniformes a serem fornecidos aos empregados deverá ser submetido à avaliação prévia da SEF/MG. Caso o modelo apresentado seja considerado inadequado à prestação dos serviços, o mesmo deverá ser substituído, sem quaisquer acréscimos aos valores ofertados pelo fornecedor.

#### **22.3.2. Seguro de Vida em Grupo**

22.3.2.1. Constar na aba “CCT Insumos” célula B38 da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo unitário relativo ao Seguro de Vida em Grupo, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

#### **22.3.3. PAF / Assistência Médica / Odontológica**

22.3.3.1. Constar nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Planilha Custo Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo relativo ao Programa de Assistência Familiar / Assistência Médica / Odontológica, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

22.3.3.2. Os valores previstos em CCT já estão digitados na planilha “CCT - Insumos”.

#### **22.3.4. PQM / Treinamento / Capacitação / Reciclagem**

22.3.4.1. Constar nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Planilha Custo Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo relativo ao Programa de Qualificação Profissional e Marketing / Treinamento / Capacitação / Reciclagem dos empregados que irão prestar os serviços, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

22.3.4.2. Os valores previstos em CCT já estão digitados na aba “CCT - Insumos”.

#### **22.3.5. Contribuição Assistencial Patronal**

22.3.5.1. Constar nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Planilha Custos Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo relativo à Contribuição Assistencial Patronal dos empregados que irão prestar os serviços, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

22.3.5.2. Os valores previstos em CCT já estão digitados na planilha “CCT - Insumos”.

#### **22.3.6. EPI**

22.3.6.1. Constar na aba “CCT Insumos” célula B39 da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o custo unitário relativo ao fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI’s que deverão ser colocados à disposição dos empregados que irão prestar os serviços.

#### **22.3.7. Cesta Alimentação**

22.3.7.1. Os valores deverão ser cotados rigorosamente de acordo com o estipulado nos Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Custos Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, sob pena de desclassificação da proposta.

#### **22.3.8. Ticket Alimentação / Refeição**

22.3.8.1. Os valores deverão ser cotados de acordo com o valor estipulado pela



Administração Pública, conforme Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Custos Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, sob pena de desclassificação da proposta. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

**22.3.9. Vale Transporte**

22.3.9.1. Os valores deverão ser cotados de acordo com o valor estipulado pela Administração Pública, conforme Anexos V e VI - Quadro Consolidado e Custos Global, respectivamente, constantes da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, sob pena de desclassificação da proposta. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

**22.3.10. Material de limpeza e higiene/utensílios**

22.3.10.1. O valor unitário e a marca do material de limpeza, de higiene e utensílios deverá ser cotado observando os itens e quantitativos estimados previstos no Anexo III (Relação de Materiais), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

22.3.10.2. Preencher a marca e o valor unitário no Anexo II - Relação de Materiais, colunas ED e EE.

**22.3.11. Manutenção e depreciação dos equipamentos**

22.3.11.1. Constar o valor do unitário de cada equipamento no Anexo IV (Equipamentos), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, para cálculo da taxa de depreciação, que está estipulada em 10% ao ano, conforme Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

**22.3.12. Limpeza de caixa d'água**

22.3.12.1. Indicar na aba Caixa d'água, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o valor unitário de acordo com a litragem. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

**22.3.13. Serviços de dedetização**

22.3.13.1. Indicar na aba Dedetização, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o valor unitário de acordo com a área em m² da unidade administrativa. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

**22.3.14. Diárias**

22.3.14.1. Indicar na aba Diárias, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, o valor unitário da diária. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

22.3.14.2. A diária presta-se a indenizar os custos de hospedagem, almoço, lanche e jantar do trabalhador do posto Auxiliar de Operador de Carga da SPGF/SEF, quando em viagem a serviço por necessidade da Administração Pública.

**22.4. Montante “D” (Demais componentes) deverá ser cotado da seguinte forma:**

22.4.1. O Custo total para o Montante “D”, incluindo as Despesas Administrativo/Operacionais e o Lucro, deverá ser ofertado obedecendo-se ao limite máximo de 7% (sete por cento), a incidir exclusivamente sobre o Montante “A” (salários), devendo ser especificado o percentual referente a cada item, e será convertido em valor nominal para fins de celebração do contrato.

22.4.2. O referido limite foi fixado na Deliberação COFIN nº 03, de 15/05/2020, em 16/05/2020, estabelecendo que a taxa de administração dos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada no âmbito do Poder Executivo Estadual deverá ser limitada em 7%.

22.4.3. O Montante “D” (Despesas Administrativo/Operacionais e Lucro) será calculado exclusivamente sobre o Montante “A”, relativo aos valores correspondentes aos salários do

pessoal que prestará os serviços, e não incidirá sobre reajustes concedidos, ainda que por força de Lei, acordos, ou dissídios coletivos das categorias, e corresponderá aos valores nominais estipulados em planilhas, não sendo representados por percentual.

22.4.4. Nas hipóteses de acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, o Custo para o Montante “D” (Despesas Administrativo/Operacionais e Lucro) será alterado proporcionalmente à alteração efetivada no Montante “A”.

22.4.5. O licitante deverá preencher os percentuais na aba “Montante D”, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

22.5. **Montante “E” (Impostos) deverá ser cotado da seguinte forma:**

22.5.1. Os Impostos deverão ser cotados conforme legislação vigente, devendo ser discriminado o percentual referente a cada imposto.

22.5.2. No Anexo V Quadro Consolidado, 1, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, a alíquota do imposto relativo ao ISSQN deverá ser cotada conforme legislação tributária do município onde serão prestados os serviços.

22.5.3. No Anexo VI - Custos Global, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, não deverá ser especificada a alíquota para o ISSQN, devendo ser apresentado apenas o valor nominal, apurado no Anexo V Quadro Consolidado, relativo ao ISSQN.

22.5.4. Relativamente aos tributos, o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

22.5.5. Não deverão incidir sobre os valores da proposta de preço IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), conforme preceitua o Acórdão 950/07 do Tribunal de Contas da União.

22.5.6. A Incidência Tributária sobre o Faturamento deverá seguir o seguinte cálculo:

$$ITF = \left\{ \left[ \frac{\text{100}}{100 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISSQN})} \right] - 1 \right\} \times 100$$

22.6. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances (art. 7º, § 3º, da Lei Federal nº 12.527/2014), tendo em vista o art. 15, § 1º, do Decreto Estadual nº 48.012/2020: § 1º – *O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.*

**ERICH FERNANDO DE ARAÚJO SILVA**

Diretor de Bens e Serviços Fazendários/SPGF

**ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES**

Diretor de Aquisições e Contratos - DAC/SPGF\*

## BLENDA ROSA PEREIRA COUTO

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

\*Documento aprovado conforme inciso I do artigo 18 do Decreto Estadual nº 46.680, de 30 de agosto de 2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.



Documento assinado eletronicamente por **Erich Fernando de Araujo Silva**, **Diretor**, em 19/12/2023, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes**, **Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto**, **Superintendente**, em 20/12/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78733856** e o código CRC **5981F400**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Anexo nº Disponibilização dos/SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES/2023

PROCESSO Nº 1190.01.0009202/2023-82

Os arquivos que contêm os Anexos II (Locais e Áreas), Anexo III (Relação de Materiais), Anexo IV (Equipamentos), Anexo V (Quadro Consolidado) e Anexo VI (Planilha Custos Global) constam da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o Edital do Pregão Eletrônico n.º 1191001 77/2023 no Portal de Compras/MG.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78735198** e o código CRC **D0BFFC41**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009202/2023-82

SEI nº 78735198



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Versão v.20.09.2020.

**ANEXOS**

**ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

<b>PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1191001 77/2023</b> (preenchida em papel timbrado da proponente)					
<b>DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA</b>			<b>PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE</b>		
Razão Social					
CNPJ					
Endereço					
Telefone					
Endereço Eletrônico					
Nome do Representante Legal					
CPF do Representante Legal					
<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>CÓDIGO DO ITEM NO SIAD</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>UNIDADE DE AQUISIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS</b>
ÚNICO	1	000004561	1,0000	1,00	SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PREDIAL
<b>VALOR GLOBAL: R\$</b> _____ (_____)					

Prazo de Validade da Proposta	
Local de Entrega	
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>	
Banco	
Agência	
Conta	
Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I do Edital.	
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.	
Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.	
Data e local.	
Assinatura do Representante Legal da Empresa	

**OBSERVAÇÃO:**

Juntamente com a Proposta Comercial, Anexo VII, deverá ser apresentada a Planilha Excel disponibilizada com o edital no Portal de Compras/MG, devendo os Anexos III (Relação de Materiais), Anexo IV (Equipamentos), Anexo V (Quadro Consolidado) e Anexo VI (Planilha Custos Global) estarem devidamente preenchidos.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78736171** e o código CRC **06373720**.

---

**Referência:** Processo nº 1190.01.0009202/2023-82

SEI nº 78736171

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Versão v.20.09.2020.

SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2023.

**ANEXO VIII – MODELOS DE DECLARAÇÕES**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE MENORES**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO  
ESTADUAL Nº 47.437, de 2018**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como \_\_\_\_\_, estando no rol descrito no item 4.3. deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

Data e local.

\_\_\_\_\_



Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

### **DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

### **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico nº 77/2023, Processo nº 1191001 77/2023**, declaro que o Sr. \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, devidamente credenciado pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, compareceu e vistoriou irrestritamente os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, e tomou plena ciência das condições locais e das dificuldades existentes, bem como de todas as informações e elementos técnicos, necessários à execução dos serviços a serem licitados.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

---

Assinatura

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico nº 77/2023**, **Processo nº 1191001 77/2023**, a \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que opta pela não realização de visita técnica, considerando a descrição do serviço contida no Termo de Referência, Anexo do Edital.

Declara e assume inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, se compromete a não alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

---

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder, Gestor(a) Fazendário(a)**, em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78736280** e o código CRC **44290112**.



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.08.09.2021.

Processo nº 1190.01.0009202/2023-82

### ANEXO IX

### TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº [REDAZIDO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEF/MG E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA], NA FORMA ABAIXO:**

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com sede na Cidade Administrativa Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Prédio Gerais – 6º Andar, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, CEP 31630-901, endereço de correio eletrônico: spgfgab@fazenda.mg.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 16.907.746/0001-13, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sra. Blenda Rosa Pereira Couto, inscrita no CPF sob o nº [insserir nº do CPF], Resolução de competência nº 3.597, de 03/12/2004 e a empresa [insserir nome da empresa], endereço de correio eletrônico [insserir e-mail], inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [insserir nº do CNPJ], com sede na [insserir nome da cidade sede da empresa], neste ato representada pelo Sr(a). [insserir nome do representante da contratada], inscrito(a) no CPF nº [insserir nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 1191001 - 77/2023**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 48.012/2020, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, limpeza e higienização de reservatórios de água, dedetização, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, materiais de limpeza, materiais de higiene pessoal,

utensílios e equipamentos, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a serem executados em unidades da SEF/MG, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, e também nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Brasília-DF, que serão prestados além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma dos Anexos II, III, IV, V e VI, que estão compactados na planilha de excel.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 1191001 77/2023 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, inclusive no tocante a prazos e horários.

2.2. A execução do objeto dar-se-á além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma dos Anexos II, III, IV, V e VI, que estão compactados na planilha de excel.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.1.5. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

3.1.5.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO**

4.1. O preço mensal dos serviços efetivamente prestados será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que corresponderá à soma do Montante "A" (Remuneração), Montante "B" (Encargos Sociais e Trabalhistas), Montante "C" (Insumos), Montante "D" (Demais Componentes), Montante "E" (Impostos), conforme especificado no Anexo V (Quadro Consolidado) e no Anexo VI (Planilha Custos Global) constantes da Planilha Excel do Pregão Eletrônico nº. 1191001 - 77/2023.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente realizados.

4.4. Os valores relativos às despesas administrativas/operacionais e lucro, relacionadas no Montante "D" serão calculados somente sobre o Montante "A", relativo aos valores correspondentes aos salários do pessoal que prestará os serviços, e não incidirá sobre os reajustes concedidos, ainda que por força de Lei, acordos, ou dissídio coletivo da categoria, e corresponderá aos valores nominais estipulados nos Anexos V e VI do edital, não sendo representado por percentual.

4.5. Nas hipóteses de acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, o Montante

“D” (Demais Componentes) poderá ser alterado proporcionalmente.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

1191 04 122.705.2500.0001.3390.37.01, fontes 10.1 e 29.1 (SPGF);

1191 04 129 113 4282 0001 3390 37.01, fontes 10.1 e/ou 29.1 (AF);

1191 04 129 113 4312 0001 3390.37.01, fonte 10.1 (CCMG); e

1191 04 129 113 4278 0001 3390 37.01, fontes 10.1 e/ou 29.1 (SUFIS), consignadas na Lei Orçamentária Anual nº 24.272, de 20/01/2023.

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - VALOR ESTIMADO**

6.1. Para efeitos legais, estima-se o valor anual deste Contrato em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Anexo I - Termo de Referência.

7.2. É obrigatória a retenção, na fonte, de Imposto de Renda pela CONTRATANTE, sobre o valor total da nota fiscal emitida pela CONTRATADA, observadas as exceções legais, conforme alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012 - Anexo I - Tabela de Retenção, com alteração dada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/2023.

7.2.1. A retenção do Imposto de Renda, de que trata o subitem anterior, deverá ser destacada no corpo do documento fiscal.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuação, mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

8.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

8.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

8.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá

sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

8.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “*Ticket* Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

8.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

8.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

8.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

8.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

8.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas, separadas por Unidade Executora. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração do termo aditivo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

8.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data-base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no subitem anterior.

8.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

## **9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ [inserir valor da garantia] ([inserir valor da garantia por extenso]), na modalidade de [inserir modalidade de garantia], correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, observadas as condições previstas no Anexo I - Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO**

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante/Comissão especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na

forma estabelecida pelo Anexo I - Termo de Referência.

10.2. O contrato será fiscalizado, além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma dos Anexos II, III, IV, V e VI, que estão compactados na planilha de excel.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

11.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Anexo I - Termo de Referência e no Edital.

11.2. O contrato será prestado, além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma dos Anexos II, III, IV, V e VI, que estão compactados na planilha de excel.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

13.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

13.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

13.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

13.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

13.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

13.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

13.2.5. “prática obstrutiva” significa:

13.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

13.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de controle de investigar e auditar.

13.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

13.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral

do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTINEPOTISMO**

14.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, salvo se investidos por concurso público.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Anexo I - Termo de Referência.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO**

16.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

16.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

17.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

17.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do



objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

17.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

17.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

17.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

17.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

17.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

18.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

18.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS.**

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

20.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**Testemunha 1:**

**Testemunha 2:**



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder**, **Gestor(a) Fazendário(a)**, em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes**, **Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78736393** e o código CRC **B98D7F65**.

**Referência:** Processo nº 1190.01.0009202/2023-82

SEI nº 78736393



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições**

Versão v.20.09.2020.

**ORDEM DE SERVIÇO**

**ANEXO X - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO**

Ordem de Serviço: \_\_\_\_\_

Processo: \_\_\_\_\_ Procedimento de Contratação: \_\_\_\_\_

Órgão ou entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Unidade de Compra: \_\_\_\_\_

Dados do empenho

Nº e ano do empenho	Data do empenho	Unid. Contábil/executora	Unid. Orçamentária	Nº do contrato ou instrumento equivalente

Elemento-Item de despesa: \_\_\_\_\_

Fornecedor: CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ (endereço completo)

Telefones: \_\_\_\_\_

Banco: Nº Banco \_\_\_\_\_ – Nome do Banco \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Unidade de Pedido: \_\_\_\_\_

Endereço de Entrega: \_\_\_\_\_

Item de serviço: \_\_\_\_\_

Especificação: \_\_\_\_\_

Demais informações necessárias para contratação: \_\_\_\_\_

Unid. aquisição / fornecimento	Frequência De Entrega	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

--	--	--	--	--

Valor Total da Ordem de Serviço: R\$ \_\_\_\_\_ (Valor total por extenso)

SENHOR FORNECEDOR, não emitir cobrança bancária. Os nossos pagamentos são efetuados através de ordem de pagamento direto para sua conta corrente.

#### CONDIÇÕES GERAIS

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

Nome: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ (endereço completo)

Observações:

\_\_\_\_\_

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Aprovação do Emitente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Fornecedor

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela de Abreu Messeder**, **Gestor(a) Fazendário(a)**, em 19/12/2023, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arlison Leandro Fernandes Correa Lopes**, **Diretor**, em 19/12/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78736740** e o código CRC **4D471C30**.

